

PRODUÇÃO AUDIOVISUAL COM MULHERES DA AMAZÔNIA: PESQUISA E MEMÓRIA DE TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS EM TERRITÓRIOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

DÉBORA MATE MENDES

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Mazagão, Brasil

ELIANE APARECIDA CABRAL DA SILVA

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Brasil

MARLO DOS REIS

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Mazagão, Brasil

SUANY RODRIGUES DA CUNHA

Instituto Federal do Amapá (IFAP), Macapá, Brasil

RESUMO: Este estudo objetiva refletir acerca das memórias de mulheres egressas e estudantes da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia – LEdoC da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, *Campus* Mazagão. A produção audiovisual de minidocumentários tem como foco as memórias da trajetória dessas mulheres no percurso educacional e acadêmico, em diferentes territórios da Amazônia Amapaense. A metodologia escolhida foi a pesquisa de campo, com abordagem qualitativa do tipo descritivo-analítica, combinando métodos da pesquisa-ação e história oral de Mulheres do Campo, das Águas e das Florestas, por meio da produção de (auto)cartografias, escrituras e minidocumentários, em diferentes territórios da Amazônia Amapaense. Como resultado, este estudo contribuiu para compreender formas de luta e resistência de mulheres camponesas, apresentando as mudanças de percepção, empoderamento e autorreconhecimento vivenciados em sua formação na universidade pública.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo; Mulheres da Amazônia; Produção Audiovisual; Memória.

INTRODUÇÃO

As trajetórias das mulheres dos territórios dos Campos, das Águas e das Florestas da Amazônia é constituída de expressivas dificuldades oriundas das relações patriarcais para acessar a educação escolar e o ensino superior nessas sociedades. Para discutir essas relações e publicizar as lutas e resistências dessas mulheres, o presente estudo tem como objetivo refletir acerca das memórias de mulheres egressas da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia – LEdoC da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, *Campus* Mazagão e seus desdobramentos na produção de minidocumentários.

A produção de minidocumentários teve como foco as memórias da trajetória dessas mulheres no percurso acadêmico, e sua construção é um dos produtos do projeto de pesquisa Mulheres do Campo, das Águas e das Florestas: memória, resistência

e inspiração na Amazônia Amapaense, que teve como objetivo resgatar memórias da trajetória de mulheres egressas da LEdoC no percurso acadêmico e político-social. Outros produtos do projeto foram autobiografias, (auto)cartografias e curtas metragens em diferentes territórios da Amazônia Amapaense. Desenvolvido pela UNIFAP (LEdoC/Mazagão e Curso de Geografia/Marco Zero) e pelo Instituto Federal do Amapá – IFAP (*Campus* Macapá), o projeto recebeu apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Amapá – FAPEAP.

Este estudo evidencia a condição das mulheres nesses territórios, enfrentando a inferiorização e a desvalorização de seu trabalho e da participação social, a invisibilidade e a subalternidade produzidas pelo machismo patriarcal e as consequentes barreiras e dificuldades para a sua educação escolar.

A escolha de um caminho metodológico de pesquisa de campo com abordagem qualitativa do tipo descritivo-analítica, combinando métodos da pesquisa-ação e história oral, por meio de atividades de (auto)cartografia e escrituras, foi a opção deste estudo para identificar e divulgar o reconhecimento, a autoidentificação e as resistências desenvolvidas por essas mulheres, sujeitos da investigação.

A pesquisa e a produção audiovisual propõem destacar as estratégias de luta e resistência dessas mulheres camponesas, as suas iniciativas de enfrentamento para continuar estudando e o empoderamento identitário que vai se produzindo nessas trajetórias estudantis.

MULHERES, PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E RESISTÊNCIA

A participação efetiva das mulheres no processo produtivo e de reprodução da vida, historicamente, foi secundarizada diante da organização da sociedade de classes, pautando-se por uma lógica social enviesada pelos valores que orientam as relações de gênero, materializando-se, através do machismo e do patriarcado, superdimensionando a ação dos homens e apagando a ação das mulheres por reduzir o reconhecimento social ao trabalho doméstico e não produtivo (Neves; Medeiros, 2013).

Na divisão sexual do trabalho constituída nessa sociedade desigual, ainda que a mulher exerça a mesma atividade, sua remuneração é menor, seu trabalho é desvalorizado e invisibilizado, negando seu direito de falar, expor suas ideias, ter seu protagonismo, sua liberdade e ser valorizada pelo que é. A problemática da jornada dupla ou tripla – atividades profissionais, o cuidado com a casa e os filhos – é desempenhada como obrigação e impõe pesado obstáculo para a continuidade dos estudos, busca de realização pessoal e profissional, colocando as mulheres em uma posição de inferioridade e subalternidade.

No contexto do Campo, as mulheres que trabalham na agricultura, no extrativismo, na pesca e nos trabalhos externos à casa, não têm seu trabalho reconhecido, entendido apenas como uma “ajuda” ao marido, vistas historicamente como “do lar”, numa representação simbólica da ideia de que não trabalham, “apenas” cuidam dos afazeres domésticos, acentuando nos contextos rurais a invisibilidade e silenciamento dessas populações.

Ao enfrentar esse silenciamento, essa invisibilização e essa inferiorização, as mulheres constroem outras inserções na sociedade, ocupando diferentes posições sociais fora do espaço doméstico, assumindo o beneficiamento e a comercialização de seus produtos, participando como membros e lideranças de sindicatos e associações, criando coletivos próprios de mulheres e fortalecendo os movimentos sociais que lutam pela terra, pelas águas, pelas florestas e pela ocupação da universidade, exercendo seu direito ao acesso, permanência e conclusão de seus estudos.

Nesse sentido, compreender as formas de luta e resistência de mulheres do campo, das águas e das florestas, que romperam barreiras para construir suas histórias, pode trazer à tona uma percepção diferente da realidade e possibilidades de empoderamento e busca por espaço e reconhecimento nos diversos espaços em que atuam.

A produção de minidocumentários, com objetivo de resgatar as memórias da trajetória de mulheres da LEdoC em seu percurso acadêmico e político-social, apresenta-se, nesse contexto, como ferramenta importante para a reflexão e ação no sentido da transformação social da realidade descrita. Ao promover o levantamento de dados sobre o acesso das mulheres à educação e ao registrar, a partir do seu cotidiano, questões que envolvem as relações de gênero no campo e de como essas relações impactam no acesso à educação por essas mulheres, possibilita a problematização do tema e aponta a necessidade de políticas públicas direcionadas à superação da questão.

Nesse contexto, o uso da metodologia de produção de vídeo valoriza a luta das mulheres e apresenta suas trajetórias a partir de narrativas produzidas por elas próprias, como destaca Rego (2010), a emergência dessa geração de mulheres, da qual escolhemos falar é um “acontecimento”, isto é, como um movimento de forças que irrompem e alteram o curso da história.

MINIDOCUMENTÁRIOS: UMA METODOLOGIA EM CONSTRUÇÃO

A construção dos minidocumentários envolveu como estratégias para sua execução, numa experiência inédita desenvolvida com mulheres egressas e estudantes da LEdoC, relacionada a atividades de pesquisa e extensão, guiada pelo método da pesquisa-ação, que

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2011, p. 20).

Na perspectiva teórica da história oral, este estudo compreende como “narrativas de identidade na medida em que o entrevistado não apenas mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade” (Silveira, 2007, p. 41). Nesse processo de se ver e ser visto, ocorre, também, o reconhecimento de si e do/a outro/a, de modo que as histórias das mulheres do campo, das águas e das florestas podem gerar identificação e inspiração para outras

mulheres que vivem nesses contextos e enfrentam as mesmas lutas e resistências cotidianas.

A pesquisa se desenvolveu em quatro fases: A primeira fase foi de identificação de sujeitos da pesquisa, com convite de três mulheres egressas e uma estudante da LEdoC, que aceitaram participar do projeto, concederam entrevistas (história oral) gravadas em vídeos, escreveram e cartografaram seus relatos pessoais, a partir de memórias individuais e coletivas das trajetórias cotidianas de estudo, trabalho, luta e resistência, vivenciadas em seus percursos estudantis, acadêmicos e político-sociais.

O critério para escolha das três egressas considerou a representação dos diversos territórios (campo, águas e florestas), diferentes perfis de luta e organização, bem como, os rumos que seguiram após a conclusão da graduação (pós-graduação, maternidade, atuação na docência e na Agricultura Familiar), enquanto a estudante bolsista do projeto desempenhou uma dupla participação, atuando como pesquisadora de iniciação científica e como sujeito da pesquisa nas oficinas, escrita, cartografia e gravação de vídeos.

As participantes são:

- Alcidete é egressa da turma de 2015, pertencente a uma comunidade Quilombola e Ribeirinha, localizada no interior da Reserva Extrativista do Rio Cajari – Laranjal do Jari/AP. Ao concluir o curso, retornou para o seu território para atuar como docente na escola da comunidade, também foi mãe nesse mesmo período;

- Daniela é egressa da turma 2014, pertencente à comunidade São José do Maracá, localizada no Projeto de Assentamento Maracá – Mazagão/AP. Desde acadêmica, destacou-se como liderança jovem no Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS e, após a conclusão da graduação, seguiu na luta, assumindo a tarefa de direção na Escola Família Agroextrativista do Maracá. Também foi mãe nesse período;

- Maria José é egressa da turma de 2014, iniciou a graduação aos 60 anos. Assentada na comunidade Anauerapucu – Santana/AP, atua como Agricultora Familiar, cultiva hortaliças e produz polpas de frutíferas para comercialização na feira do município. Seguiu os estudos em um curso técnico em Agroecologia e pretende continuar a estudar;

- Rayssa é estudante bolsista do projeto, pertencente ao assentamento Pancada do Camaipi – Mazagão/AP. Sua trajetória é marcada pela necessidade de deixar o campo para cursar o Ensino Médio na capital Macapá e pelo autorreconhecimento identitário ao cursar a LEdoC.

Na segunda fase, houve o desenvolvimento das oficinas de escritórias, as (auto)cartografias, a gravação de vídeos e as entrevistas com as mulheres participantes da pesquisa. A opção por essa metodologia se deve ao potencial de envolvimento dos sujeitos em movimento, do resgate de suas memórias e da conexão com seus territórios.

A terceira fase envolveu imersão, junto com as mulheres, sujeitos da pesquisa, nos seus territórios de vida, nas suas comunidades de origem, nos espaços educacionais e em outros que foram significativos nas suas trajetórias. O objetivo foi conhecer esses locais, registrar imagens das paisagens e realizar mais entrevistas com as mulheres. Essa etapa foi muito rica enquanto processo de pesquisa de campo e imersão nos territórios, que inicialmente eram conhecidos a partir de relatos e cartografias, um momento

MENDES, D. M., SILVA, E. A. C. da, REIS, M. dos, CUNHA, S. R. da.

importante de coleta de imagens para a produção audiovisual e o diálogo com as mulheres participantes da pesquisa e com seus familiares, amigos/as, vizinhos/as.

A quarta etapa do projeto foi de tratamento e análise dos dados, que incluiu a edição de vídeos para compor os minidocumentários sobre as memórias e as trajetórias das egressas da LEdoC. Essa quarta etapa ainda não foi totalmente concluída, pois dentro do cronograma do projeto, esse ir e vir nos dados coletados, constante movimento para frente e para trás, é parte da sistematização acadêmica e audiovisual, chegando no resultado final.

(AUTO)CARTOGRAFIAS: MULHERES E TERRITÓRIOS

As (auto)cartografias são uma modalidade da cartografia social que não se prendem à rigidez da produção de mapas cartesianos, mas apresenta uma linguagem, permite um conhecer, facilita a produção de diferentes saberes sobre os quais se constroem novas perguntas. Está apoiada no território, no intersubjetivo e nas diferentes formas de reciprocidade e de intercâmbio que pode haver nos processos de construção de identidade e pertencimento (Carballeda, 2018). Trata-se de um mapeamento que nos leva ao encontro com o território e encontrarmos o território é nos encontrarmos conosco.

Como um dos processos possíveis de construção de mapas dentro da modalidade da cartografia social, a (auto)cartografia tem o potencial de envolver os sujeitos em um movimento de resgate de memórias, autorreflexão e conexão sobre/com seus territórios. Na sequência, apresentamos as Figuras 1 e 2, que correspondem ao registro de alguns momentos da oficina de (auto)cartografia, realizada com mulheres.

Figura 1 – Registro da oficina de (auto)cartografia com mulheres.

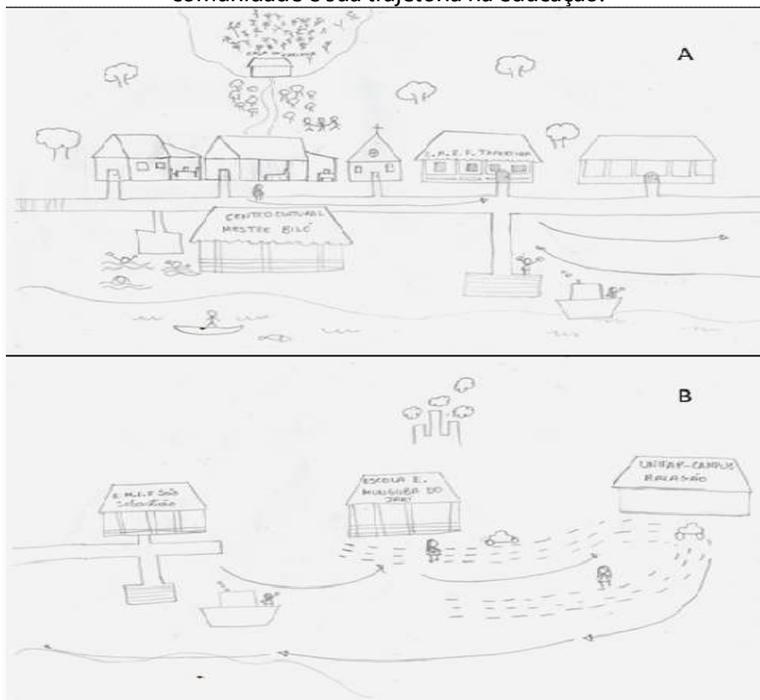


Foto: Autoras (2023).

A Figura 1 registra a conversa ocorrida no momento inicial da oficina de (auto)cartografia, onde foi explicado às mulheres sobre elementos dos mapas, forma de interpretação e como produzir os mapas sociais. Na oportunidade, o mapa político do estado do Amapá, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foi apresentado às mulheres com objetivo de exemplificar os elementos que compõem um mapa, como título, legenda, escala, orientação, etc., e para que pudessem buscar no mapa a localização de suas comunidades. Nesse momento, algumas das mulheres observaram que suas comunidades não apareciam no mapa. Do ponto de vista da cartografia formal, tal invisibilidade se explica pela escala cartográfica adotada, contudo, do ponto de vista das mulheres, a percepção foi que houve um apagamento de suas comunidades.

A Figura 2, produzida após a conversa inicial, trata-se de um esboço do mapa social da egressa Alcidete. Nesse desenho, ela representa sua comunidade e sua trajetória na educação do Ensino Fundamental à universidade, concluindo com um registro sobre a sua atuação como professora da escola comunidade.

Figura 2 – Esboço/Mapa produzido pela egressa Alcidete, registrando elementos de sua comunidade e sua trajetória na educação.



Fonte: Autoras (2023).

Os Quadros A e B são continuidades um do outro. O Quadro A representa o presente da comunidade, demonstrando sua organização espacial atual, que é composta por: centro comunitário, escola de Ensino Fundamental, igreja católica, casa da egressa, casa dos parentes e vizinhos, pontes de madeiras que interligam as casas da comunidade, meio de transporte e atividades econômicas praticadas, como pesca e produção de farinha. O registro é de um território de identidade ribeirinha.

As trajetórias e as memórias da egressa sobre a educação podem ser observadas nos Quadros A e B, pelo recurso do desenho de setas indicativas à direita e à esquerda, que demonstram o movimento espaço-tempo da sua trajetória educacional. A primeira seta indicativa, à direita, Quadro A, indica o deslocamento de sua casa até a primeira escola, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Tapereira. Essa escola está localizada a uma distância menor que 50 metros da residência da egressa, e foi onde ela cursou todo o Ensino Fundamental.

Na sequência, conforme o Quadro A, há outra seta indicativa para a direita, com continuidade no Quadro B, e ela demonstra o percurso realizado pela egressa até a Escola Estadual de Ensino Médio Munguba do Jari, localizada no Município de Vitória do Jari, a fim de ter acesso ao Ensino Médio. Nota-se, nesse último movimento, que para ter acesso ao Ensino Médio, a egressa teve que sair da sua comunidade e ir morar na cidade de Vitória do Jari. A cidade de Vitória do Jari fica a cerca de três horas de barco da sua comunidade, mais duas horas de estrada sem pavimentação. Em Vitória do Jari, morou com parentes para estudar e as condições de se manter na cidade não eram fáceis, pois, segundo seus relatos, tudo custava dinheiro, uma vida muito diferente da vida na comunidade.

No Quadro B, Figura 2, na segunda seta, indica à direita o registro de seu percurso para chegar à universidade, quando foi para o curso na UNIFAP – *Campus Mazagão*, a Licenciatura em Educação do Campo. Nesse registro, as distâncias entre a escola que cursou o Ensino Médio e a universidade parecem proporcionais, mas não são. Trata-se de um deslocamento, cujo percurso demora, a depender da estação e qualidade da estrada não asfaltada, de cinco a doze horas de viagem, somadas as três horas de barco até a sua residência, contabiliza um tempo de distância entre a comunidade ribeirinha e a universidade, totalizando de oito a quinze horas. Em função da distância, cursar a LEdoC exigiu nova mudança de residência, indo morar no município de Mazagão/AP.

As setas com indicação de percurso à esquerda representam um momento da sua trajetória educacional, após concluir a LEdoC, o seu retorno para sua comunidade de origem para atuar como professora na mesma escola em que fez o seu ensino fundamental, a Tapereira. Assim, observa-se, pelos registros no esboço do mapa social elaborado por Alcidete, que muitas dificuldades estiveram presentes na sua caminhada pelo acesso à educação, sobretudo aquelas de cunho espacial, como a distância entre as escolas/universidades e os territórios ribeirinhos e, por isso, precisou se afastar da comunidade, da família, para continuar seus estudos e hoje poder atuar como professora no lugar em que nasceu e cresceu.

A partir desses apontamentos sobre essa experiência com (auto)cartografias, nota-se o apontado por Carballada (2018), que esse tipo de cartografia apresenta uma linguagem que permite um conhecer que facilita a produção de diferentes saberes,

sobre os quais se constroem novas perguntas e que nos ajudam a entender processos de construção de identidade e pertencimento. Para Tetamanti (2014), o exercício de mapeamento social tem o potencial de resgatar, durante a construção de mapas, parte dos objetos e das ações da dinâmica do passado, dos grupos sociais, e essa memória serve de fundamento, argumento para fortalecer identidades e projetos futuros. Nesse sentido, os registros feitos pela egressa foram uma feitura de mapas que permitiu o encontro com seu território, promovendo, também, um encontro dela consigo mesma.

Essa (auto)cartografia, que foi construída pela egressa antes da atividade de campo da equipe do projeto no seu território, para registros e filmagens da construção dos mini documentários, ajudou a identificar os lugares na comunidade e os trajetos realizados por Alcidete, a serem registrados em imagens.

ESCREVIVÊNCIAS DE MULHERES DA AMAZÔNIA

O processo de construção das escrevivências das mulheres participantes da pesquisa ocorreu, inicialmente, a partir de uma oficina que abordou a temática, apresentou o conceito e iniciou um diálogo com cada sujeito.

Escrevivência, conceito criado pela escritora Conceição Evaristo, tem como uma de suas definições a “escrita de nós”, e esse nós, sendo uma referência ao conjunto de mulheres negras. Todas as participantes do projeto são mulheres negras, sendo esse um outro motivo dessa estratégia. Segundo Evaristo (2020), quando se pensa em escrevivência, pensa-se, também, em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas, que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. Trata-se de um jogo entre as palavras “escrever” e “viver”, “se ver”, que culmina com a palavra “escrevivência” (Evaristo, 2020).

Essa atividade exigiu planejamento e preparação de um ambiente acolhedor que permitisse momentos de troca e intimidade para falar de si, suas trajetórias, suas dores, suas lutas, as violências enfrentadas e toda a resistência vivenciada. Mesmo sendo realizada na capital do estado, o local escolhido buscou, minimamente, trazer similaridade com os territórios das mulheres. Na imagem a seguir, podemos observar o ambiente da oficina, uma maloca em meio à floresta de várzea, repleto de açazais, localizado a aproximadamente 300 metros do rio Amazonas.

Figura 3 – Registro da oficina de escritórias com mulheres.



Fonte: Autoras (2023).

Algumas mulheres se conheciam previamente, outras tiveram o primeiro contato na oficina, de modo que, para iniciar o diálogo, foi necessária uma apresentação individual de cada participante. Destacamos um trecho da fala de dona Maria José, em sua apresentação:

Sou Maria José, sou nascida e criada aqui mesmo no estado do Amapá. Eu moro em uma comunidade lá próximo de Mazagão – Anauerapucu – onde eu exerço as minhas funções de agricultora, eu trabalho como agricultora, eu e minhas filhas, são seis que eu tenho e assim [...] eu já terminei, fui da primeira turma né, de 2014 [...] fiz um curso também de Agroecologia na Escola de Pesca onde eu me identifiquei muito e pra mim eu acho, acho não, tenho certeza! que complementou o curso que eu fiz de Licenciatura na Unifap, no Mazagão. Então, assim, até hoje eu pretendo, apesar de estar com 69 anos, mas eu pretendo continuar (MARIA JOSÉ, ENTREVISTA EM 29 DE ABRIL DE 2023, grifo nosso).

A apresentação de Maria José nos provoca várias reflexões que nos desafiam na pesquisa em Educação do Campo, entre as quais destacamos a sua identidade na relação com o trabalho. Ela afirma “*exerço minhas funções como Agricultora*”, sendo que essa pequena frase é carregada por uma simbologia imensa: uma mulher que se identifica como agricultora é um marco importante se observarmos os papéis ocupados no contexto do campo, historicamente, em que as mulheres se colocam como alguém

que apenas ajuda, como “do lar”, entre outras nomenclaturas que definem o lugar da mulher nas relações de trabalho no campo. É recente e uma conquista importante da luta das mulheres do campo o autorreconhecimento como Agricultora.

Outra questão para reflexão diz respeito ao curso de Agroecologia na Escola de Pesca que dona Maria José escolheu para dar continuidade aos estudos. Essa escolha afirma sobre qual Agricultura e/ou qual Agricultora estamos falando, pois a opção de dona Maria José pela Agroecologia a insere em uma base, que, como afirma Caldart (2021, p. 357), “reúne práticas [...] conhecimentos científicos diversos, relações sociais, lutas políticas e práticas educativas”.

Também, é interessante ressaltar o desejo de continuar estudando. Segundo dona Maria José, apesar da idade, ela pretende dar continuidade a sua formação acadêmica. A agricultora de 69 anos, que ostenta um curso técnico e uma graduação iniciados aos 60 anos, deseja uma pós-graduação, publicar artigo e, segundo ela, o que mais Deus permitir.

Na sequência da oficina e da discussão sobre escrevivência, realizamos, em conjunto, a leitura do conto de Conceição Evaristo, denominado Olhos D’Água, que proporcionou às mulheres uma série de reflexões sobre as suas trajetórias. Destacamos aqui o início do conto:

Uma noite, há anos, acordei bruscamente e uma estranha pergunta explodiu de minha boca. De que cor eram os olhos de minha mãe? Atordoada, custei reconhecer o quarto da nova casa em que eu estava morando e não conseguia me lembrar de como havia chegado até ali. E a insistente pergunta martelando, martelando. De que cor eram os olhos de minha mãe? Aquela indagação havia surgido há dias, há meses, posso dizer. Entre um afazer e outro, eu me pegava pensando de que cor seriam os olhos de minha mãe. E o que a princípio tinha sido um mero pensamento interrogativo, naquela noite, se transformou em uma dolorosa pergunta carregada de um tom acusativo. Então eu não sabia de que cor eram os olhos de minha mãe? (Evaristo, 2018, p. 15).

O conto provocou relatos emocionados, que foram compartilhados pelas participantes com indagações sobre as violências a que foram expostas, pela fome e dificuldades que vivenciaram, ao passo que trouxe à tona as resistências e as lutas que enfrentaram. Destacamos trechos das falas de Alcidete e Daniela para a nossa reflexão:

[...] uma vontade imensa de voltar pra olhar nos olhos dela né, porque eu tô me perguntando até agora que cor é os olhos dela, porque realmente o que a gente lembra, o que eu lembro são das lágrimas. A gente lembra, às vezes, das lágrimas, do sorriso, aquele sorriso enganoso, né, pra nos animar no dia a dia, mas e as dificuldade, né? (ALCIDETE, ENTREVISTA EM 29 DE ABRIL DE 2023, grifo nosso).

A história em si fala de uma história da mulher preta, né, fala da resistência e me lembrou muito o meu passado, a minha mãe,

né, uma mulher negra, guerreira e vencedora. Igual na história ela criou sete filhas mulheres e um homem. Nós era oito [...] meu pai deixou a minha mãe, a gente era pequeno e a minha mãe teve que criar a gente sozinha. A gente passou por muitas dificuldades, muita luta e eu via o sofrimento da minha mãe e eu sempre me perguntava, desde pequena, o que eu poderia fazer pra ajudar ela, porque eu via que não era fácil. Naquele tempo, antes, [...] como hoje em dia não valorizavam a mulher que tá em casa fazendo as coisas e era assim que meu pai via. Ele não aceitava que minha mãe tinha que trabalhar também e acabou nos abandonando, deixando só a gente, a gente menorzinho (DANIELA, ENTREVISTA EM 29 DE ABRIL DE 2023, grifos nossos).

Na fala de Alcidete, podemos perceber que ao ler/ouvir o conto de Conceição Evaristo, sua identificação (assim como das demais participantes) ocorreu imediatamente, todas passaram a se perguntar de que cor seria os olhos de suas mães. Uma busca que trouxe a memória das dores refletidas nas lágrimas de mulheres do Campo, que enfrentaram todos os tipos de dificuldade e de como resistiram na luta para que suas filhas pudessem seguir por caminhos diferentes dos seus.

Na fala de Daniela, aparecem duas questões muito fortes: a primeira, sua identificação com a história de resistência de uma mulher preta que a faz lembrar da trajetória de sua mãe e de tantas outras mulheres pretas do campo, das águas e das florestas, que são abandonadas por homens que deveriam ser seus maridos/companheiros, mas que reproduzem das piores formas “o modo de ser homem e mulher nas sociedades que [...] tendem a expressar relações de dominação/exploração dos homens sobre as mulheres” (Alves; Assunção; Paz, 2021, p. 316).

Ela aprofunda a discussão quando traz a problemática da não valorização do trabalho feminino considerado reprodutivo, seu pai não valorizava o trabalho que a mãe realizava em casa e não aceitava que sua mulher participasse do trabalho considerado produtivo – aquele que gera renda. Uma contradição para justificar o abandono da família e deixar a mulher responsável, tanto pelo trabalho reprodutivo como pelo trabalho produtivo, além do cuidado de oito filhos, sozinha. Seibert, Guedes e Marfort abordam as relações de trabalho no sistema capitalista, racista e patriarcal:

Na divisão sexual do trabalho no campo, as mulheres realizam tanto os trabalhos considerados pelo sistema capitalista como produtivo e o trabalho reprodutivo, de cuidados, gerando uma intensa e extenuante jornada de trabalho. Por ser invisibilizado, o trabalho das mulheres não é considerado como tal e em geral não é entendido como gerador de renda. Não contabilizar o trabalho das mulheres do campo em dinheiro poderia não ser um problema, se nessa sociedade capitalista, racista e patriarcal o valor das coisas não fosse medido a partir do dinheiro (Seibert; Guedes; Marfort, 2021, p. 413).

A invisibilidade do trabalho feminino no campo está longe de ser superada. Porém, trazê-la para a discussão acadêmica e, também, por meio do audiovisual são formas de provocar o debate necessário na construção do enfrentamento dessa problemática e no empoderamento das mulheres do campo, das águas e das florestas.

Nesse sentido, Seibert, Guedes e Marfort (2021) colocam essa questão no centro das lutas do feminismo camponês e apontam para a sua importância enquanto valorização e resgate da identidade dessas mulheres, por meio do trabalho desempenhado por elas no fortalecimento da soberania alimentar e da agroecologia.

LINHA DO TEMPO: TRAJETÓRIAS EDUCATIVAS DA ESCOLA À UNIVERSIDADE

Na oficina de escrivência, uma das atividades desenvolvidas foi a construção coletiva de uma linha de tempo, trazendo três marcos da trajetória de cada uma das mulheres. Foi um momento rico na captação de imagens para os minidocumentários e, também, no compartilhamento das memórias dos momentos que elas destacaram como mais importantes em suas histórias, para os quais trouxeram objetos simbólicos. A imagem abaixo ilustra o resultado dessa construção.

Figura 4 – Registro da linha de tempo na oficina de escrivências.



Fonte: Autoras (2023).

Dona Maria José destaca os anos de sua trajetória educativa: no ano de 1970, o seu ingresso na escola primária; em 1976, o ingresso no Ensino Fundamental; em 1979, a realização do Curso Técnico em Administração. Para esses momentos, os seus objetos foram os certificados de cada etapa concluída. Por fim, em 2014, seu ingresso na universidade, representado pela camiseta de caloura, que recebeu na aula inaugural do curso.

Rayssa trouxe dois símbolos e relatou momentos importantes da sua infância no campo: de 2007, o símbolo veio acompanhado da descrição e da memória sonora “barulho do copo caindo no pote de água” – realidade em inúmeras residências do campo, das águas e das florestas, em que água de beber não é encanada, não sai da torneira, mas é tratada em um pote de barro e retirada com um copo de alumínio. O outro objeto destacado por Rayssa foi uma figura do “Rei Leão”, que trouxe o relato da aquisição, pela família, de um motor gerador, em 2008, que, além de trazer a luz, possibilitou à família e aos vizinhos se reunirem à noite para assistirem pela primeira vez um filme de DVD em uma TV velha.

Os símbolos escolhidos por Alcidete foram um brinco com a imagem de uma mulher preta, que marca o início do seu processo de autorreconhecimento, em 2011, como mulher preta e quilombola. O segundo, o vestido usado pela sua filha Arieli no dia da sua formatura na LEdoC, em 2021, com as mesmas cores utilizadas pelas formandas.

Daniela teve dificuldade para trazer seus símbolos, mas destacou seus momentos, por meio do relato. Em 2014, momento em que desperta sua liderança como jovem, mulher no sentido de ocupar espaço e fazer ecoar sua voz em defesa da juventude, das mulheres e do território, que ocorre a partir da sua inserção na LEdoC e da participação no projeto Residência Agrária Jovem/Juventude da Floresta (Mendes; Reis; Wanderley, 2022). Em 2015, sua primeira viagem para fora do estado, representando sua comunidade na defesa do território e o fortalecimento da sua fé, simbolizada pelo Terço (único símbolo material que ela conseguiu trazer), que ganhou de presente de um Padre chamado Miguel. Por fim, em 2022, o nascimento da sua filha Maria Vitória foi outro momento destacado por ela.

Entre os símbolos e as datas definidos pelas participantes, suas trajetórias educacionais desde a formação primária até a universidade na LEdoC foram destaque em quase todos os relatos. Histórias de negação de direito, de lutas e de conquistas por meio da atuação dos movimentos sociais do campo compuseram os diálogos entre as mulheres do campo, das águas e das florestas, atualmente Licenciadas em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia.

A fala de Alcidete e a escrita de Rayssa sobre a negação do direito à educação nos seus territórios nos impactam, pelo processo de desterritorialização causado pela necessidade de seguir os estudos no Ensino Médio:

E deixar nossa comunidade e ir pra outro lugar estudar, a gente às vezes aquilo: será que eu vou viver aqui pra sempre nessa situação? Será que eu vou dar continuidade a essa história ou será que eu vou mudar essa história? A gente às vezes não para pra pensar naquele desapego, né, de sair da nossa comunidade, de sair debaixo do nosso teto, do nosso conforto, né, da segurança que nossos pais nos dá pra ir pra outro lugar (ALCIDETE, ENTREVISTA EM 29 DE ABRIL E 2023, grifos nossos).

Chegamos a uma parte ainda mais difícil. Concluí o Ensino Fundamental e tive que sair de casa para morar na cidade. Chorei muito, porque não queria deixar minha mãe sozinha, chorei porque não queria deixar meus amigos, chorei de nervosismo por estar em um lugar estranho, chorei porque não sabia me virar sozinha... Fui morar com meu irmão. Estudava de manhã na Escola Estadual

Antônio Cordeiro Pontes e, à tarde, cuidava das minhas sobrinhas, lavava roupas e cozinhava. As primeiras semanas nessa rotina foram apenas de choro. Cheguei a pesar 37 quilos. Minha experiência na escola foi difícil, pois eu não entendia nada das disciplinas. Estava acostumada com o Ensino Modular, onde estudava uma disciplina por um mês. Eu não conseguia nem responder à chamada, sentia estranha e sofria bullying por ser muito magra. Pior ainda, sentia vergonha de ser do campo, não gostava de dizer que vim do interior de Mazagão (RAYSSA, ESCRITA DE ESCRIVÊNCIA, 2023, grifos nossos).

A busca por um futuro melhor, o desejo de mudar sua história pessoal e a realidade das suas comunidades impõem desafios materiais, emocionais e rupturas na vida dessas mulheres, desde muito cedo. Sua adolescência é marcada pela necessidade de arrancar raízes, afastar-se do seu lugar de segurança na família, em função da negação do direito à Educação do Campo nos seus territórios. O estado negligencia esse direito aos e às jovens de inúmeros territórios, na Amazônia, com a justificativa das distâncias, do custo para deslocamento de docentes e da manutenção de escolas para “poucos” estudantes.

As mulheres que compõem esse estudo tiveram a oportunidade de seguir os estudos fora dos seus territórios, pagaram um preço alto e doloroso, mas concluíram essa etapa e chegaram ao Ensino Superior. Porém, muitos/as jovens desses territórios não tem escolha, não tem onde morar, com quem ficar na cidade, e acabam por interromper os estudos ao concluírem o Ensino Fundamental.

Nesse sentido, questionamos se estudar próximo de casa, ter uma escola de Ensino Médio no seu território é oportunidade ou privilégio. Os referenciais do movimento da Educação do Campo e a legislação educacional, construídos a partir dessas lutas, defendem veementemente o direito à Educação do Campo no seu território, bem como, uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, que possua vínculo com a sua cultura, com os saberes locais e as necessidades, sejam elas humanas e/ou sociais (Caldart, 2002). Ainda sobre essa discussão, Caldart afirma que:

A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais: porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos sujeitos do campo; porque a escola tem uma tarefa educativa fundamental, especialmente na formação das novas gerações; e porque a escola pode ser um espaço efetivo de fazer acontecer a Educação do Campo (Caldart, 2002, p. 24).

Se por um lado é inaceitável que essas jovens precisem sair de seus territórios para estudarem, por outro fica claro que o enfrentamento dessa negação de direito é

uma luta permanente dos movimentos sociais e populações do campo, que se levantam e interpretam essa realidade com olhos críticos, ao passo que assumem compromissos coletivos coerentes com essa leitura da realidade. A jovem Rayssa viveu esse despertar de pertencimento e consciência crítica na experiência do Ensino Superior, na universidade pública, cursando a LEdoC, conforme afirma:

Durante esse período, vivi momentos incríveis. Descobri-me no curso de Licenciatura em Educação do Campo, como feminista, mulher do campo. Tive orgulho de dizer: "Eu vim do campo, eu sou do campo." Descobri que as dificuldades que enfrentei no campo não eram falta de Deus ou um castigo, mas sim a ganância do homem que não dividia o pão, a falta de políticas públicas e a ausência de associações na comunidade (RAYSSA, ESCRIVÊNCIAS, 2023).

A identidade camponesa, a consciência feminista, o orgulho do pertencimento e o posicionamento crítico diante da sociedade, da história e da política pública, experimentados e afirmados por Rayssa nesse fragmento, são produzidos por essa experiência de empoderamento, de libertação, de humanização, conforme Caldart (2002, p. 24) afirma sobre a Educação do Campo, que "tem que ser um lugar onde especialmente [...] os jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino; não porque enganados sobre os problemas que existem no campo, mas porque dispostos e preparados para enfrentá-los, coletivamente".

BREVES CONSIDERAÇÕES

A vivência da produção audiovisual com mulheres da Amazônia resgatou suas memórias de trajetórias educacionais e político-sociais nos territórios dos Campos, das Águas e das Florestas amapaenses. Essa reflexão desnuda o machismo patriarcal, que tenta apagar a ação das mulheres, reduzir o reconhecimento social do trabalho feminino, invisibilizar, inferiorizar e subalternizar seu direito de falar, de expor suas ideias, de ter seu protagonismo, e dificulta sua decisão de estudar, formar-se e exercer uma profissão.

A produção audiovisual de minidocumentários, (auto)cartografias e escrituras resgatou as memórias da trajetória de quatro mulheres, propondo a reflexão, a problematização e a transformação das relações sociais, por meio do enfrentamento do preconceito, da organização das mulheres e da luta por seus sonhos e projetos de futuro.

Este estudo contribuiu para compreender formas de luta e resistência de mulheres camponesas, apresentando as mudanças de percepção, o empoderamento e o autorreconhecimento vivenciados em sua formação na universidade pública. A vivência das atividades do projeto, oficinas, visitas, diálogos com cuidadosa preparação, acolhida e ambiente apropriado possibilitou que as mulheres pudessem compartilhar com segurança suas memórias e trajetórias, numa roda de confiança e emoção da partilha de vida.

As mulheres egressas e estudantes da LEdoC fortaleceram suas identidades de Agricultora Familiar, Agricultora Agroecológica, Quilombola, Extrativista, Feminista, Mãe

e Liderança Social na formação em Educação do Campo e no desejo de continuar seus estudos. Sofreram violências, fome, dificuldades, mas não se curvaram, inspiraram-se no sofrimento de suas mães e se levantaram para lutar, resistir, estudar, trabalhar e enfrentar todo silenciamento, todo preconceito, toda opressão.

Mulheres pretas. Mães pretas. Empoderadas. Em pé. Em luta.

Artigo recebido em: 01/07/2023

Aprovado para publicação em: 28/09/2023

AUDIOVISUAL PRODUCTION WITH WOMEN OF THE AMAZON: RESEARCH AND MEMORY OF EDUCATIONAL TRAJECTORIES IN TERRITORIES OF COUNTRYSIDE, WATERS AND FORESTS

ABSTRACT: This study aims to reflect on the memories of women graduates and students of the Degree in Rural Education: Agricultural Sciences and Biology – LEdoC of the Federal University of Amapá – UNIFAP, *Campus* Mazagão. The audiovisual production of mini documentaries focuses on the memories of these women's trajectory in the educational and academic, path in different territories of the Amapaense Amazon. The methodology chosen was field research, with a qualitative approach of the descriptive-analytical type, combining methods of action research and oral history of women of the countryside, waters and forests, through the production of (auto)cartographies, writings and mini documentaries, in different territories of the Amapaense Amazon. As a result, this study contributed to understanding peasant women's forms of struggle and resistance, presenting the changes in perception, empowerment and self-recognition experienced in their education at the public university.

KEYWORDS: Rural Education; Women of the Amazon; Audiovisual Production; Memory.

PRODUCCIÓN AUDIOVISUAL CON MUJERES DE LA AMAZONÍA: INVESTIGACIÓN Y MEMORIA DE TRAYECTORIAS EDUCATIVAS EN TERRITORIOS DE CAMPO, DAS ÁGUAS Y DAS FLORESTAS

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo reflexionar sobre las memorias de mujeres graduadas y estudiantes de la Licenciatura en Educación Rural: Ciencias Agrícolas y Biología - LEdoC de la Universidad Federal de Amapá – UNIFAP, *Campus* Mazagão. La producción audiovisual de mini documentales se centra en las memorias de la trayectoria de estas mujeres en el camino educativo y académico, en diferentes territorios de la Amazonía Amapaense. La metodología elegida fue la investigación de campo, con abordaje cualitativo de tipo descriptivo-analítico, combinando métodos de investigación acción e historia oral de Mujeres do Campo, das Águas y das Florestas, a través de la producción de (auto)cartografías, escritos y mini documentales, en diferentes territorios de la Amazonía Amapaense. Como resultado, este estudio contribuyó a comprender las formas de lucha y resistencia de las mujeres campesinas, presentando los cambios de percepción, empoderamiento y autorreconocimiento experimentados en su formación en la universidad pública.

MENDES, D. M.; SILVA, E. A. C. da; REIS, M. dos; CUNHA, S. R. da.

PALABRAS CLAVE: Educación Rural; Mujeres de la Amazonia; Producción Audiovisual; Memoria.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. N.; ASSUNÇÃO, I.; PAZ, T. Diversidade Sexual e de Gênero. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. *In*: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Orgs.). **Por uma Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília-DF: Articulação Nacional por Uma Educação do Campo, 2002. p. 25-36.

CALDART, R. S. Educação do Campo e Agroecologia. *In*: DIAS, A. P. *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

CARBALLEDA, A. Cartografías Sociales: lenguaje y territorio. *In*: TETAMANTI, J. M. D. **Cartografía social: teoría y método. Estrategias para una eficaz transformación comunitária**. Biblos: Buenos Aires, 2018.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro-RJ: Pallas Míni, 2018.

EVARISTO, C. **A escrituragem serve também para as pessoas pensarem**. Entrevista concedida ao site Agência de Notícias – Itaú Cultural, novembro de 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrituragem-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MENDES, D. M.; REIS, M. dos; WANDERLEY, K. K. dos S. Juventude da floresta: visões, canções e modo de vida de uma Amazônia extrativista. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 2, p. 389–406, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/72163>. Acesso em: 15 nov. 2023.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (Orgs.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamento políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

REGO, M. H. Cartografias de si no Feminismo da Diferença: Amelinha, Gabriela, Norma. **Gênero**, Niterói, v. 10, n. 2, p. 151-175, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30875>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SEIBERT, I. G.; GUEDES, L.; MARFORT, K. Feminismo Camponês e Popular. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão

Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. Disponível em: https://www.epsvj.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

SILVEIRA, E. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **MÉTIS: história & cultura**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/835>. Acesso em: 15 nov. 2023.

TETAMANTI, J. M. D. **Hacia una geografía comunitaria: abordajes desde cartografía social y sistemas de información geográfica**. Comodoro Rivadavia: Universitaria de la Patagonia – EDUPA, 2014. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/187320/CONICET_Digital_Nro.686406ba-90d7-44fc-84dc-0868c6871459_B.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 15 nov. 2023.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

DÉBORA MATE MENDES: Possui doutorado em Educação pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2020), mestrado em Educação Nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2011) e graduação em Pedagogia Anos Iniciais: Crianças Jovens e Adultos pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (2006). É professora no curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5312-3707>

E-mail: bedamate@hotmail.com

ELIANE APARECIDA CABRAL DA SILVA: Doutora em Geografia pelo IGE/UNICAMP. Bacharela, Licenciada e Mestre em Geografia pela UFMS. Atualmente é Professora Adjunto III na Universidade Federal do Amapá, onde coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Geográfica - NEPEGEO e o Laboratório de Pesquisa e Ensino em Geografia do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Atua e pesquisa nas áreas de Ensino de Geografia e Geografia Urbana, trabalhando com os seguintes temas: produção do espaço urbano, práticas, metodologias e linguagens no ensino de geografia. Desde 2018 é coordenadora de área pela Geografia na UNIFAP do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBIB.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8526-9863>

E-mail: lianecabral@unifap.br

MARLO DOS REIS: Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá, Pedagogo, Professor

MENDES, D. M.; SILVA, E. A. C. da; REIS, M. dos; CUNHA, S. R. da.

Assistente II na Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Pesquisador em Educação do Campo, Movimentos Sociais, Política Educacional.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9044-1955>

E-mail: marloreis@unifap.br

SUANY RODRIGUES DA CUNHA: Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (2013). Especialização em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Superior do Amapá (2013). Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (2017). Atualmente atua como Professora no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amapá - Campus Macapá. Tem experiência na área de Educação, em pesquisas com ênfase em educação do campo, condições de trabalho docente, prática pedagógica, escolas com classes multisseriadas, educação inclusiva e coordenação pedagógica. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ) e Juventude Rural, Educação do Campo e Movimentos Sociais na Amazônia (JUREMA).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9816-4895>

E-mail: suany.cunha@ifap.edu.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).